



# RESUMO DE SEGURANÇA EM ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

## Criminalidade na indústria pesqueira de África: Uma ameaça à segurança humana

POR ANDRÉ STANDING

- ◆ A exploração ilegal das pescas africanas por empresas de pesca estrangeiras destitui os governos africanos de um recurso altamente valioso de receita e contribui para que a África seja a única região do mundo onde as taxas de consumo de peixe estejam em declínio.
- ◆ Os países africanos devem melhorar substancialmente a sua capacidade de monitorizar e penalizar a pesca ilegal em águas africanas.
- ◆ A deficiente responsabilidade final do setor da pesca africano possibilita a contínua e insustentável exploração deste recurso. Os relacionamentos baseados em conluio com empresas de pesca estrangeiras frequentemente servem os interesses financeiros de funcionários públicos responsáveis pela supervisão do setor da pesca.
- ◆ Os países líderes em pesca devem intensificar a regulamentação de práticas antiéticas por parte dos seus navios pesqueiros a fim de dar apoio às práticas comerciais justas e evitar o colapso iminente dos recursos pesqueiros africanos.

### DESTAQUES

Milhares de navios pesqueiros estrangeiros navegam em águas africanas todos os anos, procurando explorar a abundância de recursos pesqueiros do continente. Acredita-se que muitos desses navios estejam a explorar as pescarias de África ilegalmente. Os delitos incluem pesca sem licença, pesca em áreas protegidas, usar equipamento de pesca proibido, que é prejudicial para o setor pesqueiro, pesca além dos limites ou pesca de espécies protegidas. Muitas vezes, nem mesmo os navios licenciados comunicam as pescas conforme exigido. Aqueles que o fazem, normalmente comunicam apenas parte do que pescam.

Uma investigação da Greenpeace descobriu que navios pesqueiros chineses que operam na África Ocidental comunicam incorretamente o tamanho dos seus navios em 60 por cento. Esta prática permite que empresas pesqueiras aumentem dramaticamente as suas pescarias, realizando a pesca em áreas reservadas para navios menores. Em Guiné-Bissau, sabe-se que os navios pesqueiros estrangeiros conspiram com pescadores africanos de pequena escala para terem acesso a águas reservadas para a pesca artesanal. Os pescadores de pequena escala pescam e, em seguida, limitam-se a descarregar o peixe no navio maior (“navio principal”),

sem que esse navio maior e de propriedade estrangeira tenha sequer solicitado uma licença de pesca.

Esses problemas são agravados pela monitorização e esforços de segurança inadequados do setor pesqueiro por parte dos governos africanos, assim como pela cumplicidade entre as empresas pesqueiras estrangeiras e os ministérios africanos responsáveis pela regulamentação pesqueira. Por vezes, os líderes políticos africanos têm interesses financeiros diretos em empreendimentos conjuntos com empresas pesqueiras estrangeiras. Os acordos pesqueiros são frequentemente obscuros e mantêm informações básicas fora do domínio público, tais como a empresa autorizada a pescar, quanto deve pagar, e o que pesca.

**“essa expansão da pesca estrangeira em águas africanas causou simultaneamente um declínio na disponibilidade de peixe nos mercados locais”**

Dado o âmbito dos delitos, a quantidade de partes envolvidas e as dificuldades de deteção, as estimativas da escala da pesca ilegal na África são notoriamente incertas. O que é claro é que a pesca excessiva está a esgotar os recursos africanos. Os relatórios oficiais mostram que aproximadamente 8 milhões de toneladas de peixe são pescadas em águas continentais anualmente; um aumento de dez vezes desde 1960. Para muitos países, essa intensificação da pesca tem sido insustentável, conforme evidenciado por registos históricos de pesca que apresentam picos dramáticos na produção (frequentemente nas décadas de 1980 e 1990), seguidos de estagnação e, em seguida, declínio; uma queda que não pode ser atribuída aos esforços de conservação.

Essa expansão da pesca estrangeira em águas africanas causou simultaneamente um declínio na disponibilidade de peixe nos mercados locais. Este é o resultado da dinâmica comercial que mudou para altos níveis de exportações das pescas africanas e uma maior dependência de importações, eliminando uma rede de proteção

e segurança alimentar crucial. A África é o único continente do mundo onde o consumo de peixe per capita está em declínio. Isto é extremamente preocupante, dada a importância do peixe para a saúde de milhões de africanos que confiam neste alimento como fonte de proteína. Contudo, as receitas da pesca comercial recebidas pelos governos africanos são amplamente consideradas como muito pequenas, tendo em conta o volume de pesca em curso. Na sua trajetória atual, a tendência de declínio da pesca ameaça diminuir o rendimento daquilo que deveria ser um recurso natural renovável. A União Africana estimou que, sob gestão sustentável, o setor pesqueiro poderia gerar anualmente 2 mil milhões de USD adicionais para as economias africanas.

A criminalidade na indústria pesqueira de África também parece cada vez mais ser o resultado de uma crise estrutural. A capacidade excessiva substancial dentro das frotas altamente subsidiadas de navios pesqueiros estrangeiros, combinada com o definhamento da pesca em águas nacionais e uma procura global crescente por peixe, está a atrair essas empresas estrangeiras a navegarem em águas africanas distantes para manter o fornecimento. Enquanto esses fatores globais persistirem, a pressão pela exploração ilegal da pesca africana continuará.

Embora a pesca ilegal não seja um problema exclusivo de África, os países africanos são particularmente vulneráveis devido à aplicação ineficaz das leis, capacidade limitada na gestão da pesca, sensibilização inadequada dos custos da exploração e corrupção política que implica os governos africanos e os parceiros de pesca estrangeiros, sendo que todos estes fatores inibem uma intervenção agressiva.

## **VISÃO GERAL DO SETOR PESQUEIRO EM ÁFRICA**

A pesca em África pode ser dividida, de uma forma um pouco simplista, nos setores de grande e pequena escala. O setor de pequena escala, caracterizado pelos métodos de pesca artesanal, é amplamente empreendido pelos africanos para abastecer os mercados locais, embora uma parte do peixe pescado por pescadores locais de pequena escala seja comercializada regionalmente, como o peixe seco ou defumado do Senegal, que é vendido em toda a África Ocidental e Central. A pesca de

O Dr. André Standing é consultor da Coalition for Fair Fisheries Arrangements (Coligação para Acordos Justos para a Pesca).

pequena escala emprega um grande número de africanos envolvidos no processamento e comércio. Há uma estimativa de 12 milhões de pessoas empregadas na pesca sazonalmente; seja a tempo inteiro ou a tempo parcial. Enquanto os homens tendem a fazer a maior parte da pesca, as mulheres fazem parte da maioria das pessoas que trabalham no setor pós-pesca, o que torna a indústria pesqueira deveras importante para a segurança alimentar de muitas mulheres e dos seus filhos. Em conjunto, o setor representa uma fonte importante e flexível de emprego e rendimento para africanos vulneráveis e de baixo rendimento.

Paralelamente a esse setor de pequena escala, o setor de grande escala concentra-se numa gama de espécies predominantemente para exportação. Apesar dos esforços das agências de desenvolvimento que foram iniciados na década de 1960 para estabelecer pescas industriais de propriedade africana, hoje em dia quase todo o setor industrial de grande escala é composto por navios detidos por empresas da União Europeia (UE), da Rússia, da Europa Oriental ou da Ásia; sendo que os da China, da Coreia do Sul e do Japão são os mais significativos.

A maioria desses navios opera sob licenças de curto prazo (normalmente anual). Alguns operam à base de fretamento. As licenças são, por vezes, vinculadas a acordos de acessibilidade à pesca, estabelecidos por governos de nações pesqueiras estrangeiras ou associações empresariais pesqueiras com os governos africanos. A UE, por exemplo, possui os denominados “Acordos de Parceria de Pescas Sustentáveis” com 12 países africanos, e está a negociar mais. Esses acordos estabelecem o preço, os termos e as condições da pesca, e são frequentemente acompanhados por compromissos adicionais para o financiamento do desenvolvimento das pescas ou de pesquisa.

Fora desses acordos, um número significativo de navios de propriedade estrangeira mudaram os seus registos para os países locais ou estabeleceram empresas de empreendimento conjunto com detentores locais de direitos de pesca. Isto é significativo, uma vez que sob as leis de pesca internacionais, o estado de bandeira tem a responsabilidade legal das suas frotas de pesca no exterior. Quando os navios mudam os seus registos, a sua responsabilidade também muda.

O crescimento da pesca em África por essas frotas de pesca de águas distantes é parcialmente explicado

## SEGURANÇA PESQUEIRA E ALIMENTAR EM ÁFRICA

Pelo menos 200 milhões de africanos comem peixe regularmente, embora o consumo per capita seja altamente desigual em África. Em geral, os africanos comem menos peixe do que as pessoas na América do Norte, Europa ou Ásia. Apesar disso, possuindo altas concentrações de proteína e macronutrientes, mesmo uma pequena quantidade de peixe pode trazer benefícios significativos para a saúde. Em virtude disso, em muitos países africanos, o peixe pescado na natureza é considerado “insubstituível”. Não há outra fonte de alimento disponível que possa ser usada como substituta.

Infelizmente, o consumo de peixe per capita em muitos países africanos está em declínio. É o único continente onde essa tendência se verifica. Entretanto, as taxas de subnutrição crónica em todo o continente permanecem persistentemente elevadas. Historicamente, o peixe marinho seco ou defumado, tal como a sardinha e a cavala, têm sido o alimento básico para milhões de africanos, particularmente em áreas rurais. No começo da década de 2000, aproximadamente 1,7 milhão de toneladas foram pescadas fora da África Ocidental, entrando na conta do consumo de peixe a granel que foi estimado em pouco mais de 10 kg por pessoa em 2012. E tem havido um declínio estável na pesca desde então, causado pela pesca excessiva e pelas alterações climáticas. Entretanto, as empresas comerciais estrangeiras que costumavam vender para os mercados africanos, como a Nigéria, estão a aumentar as exportações para a China. Isso está a contribuir para o declínio de consumo de peixe per capita em África.

Dadas as estimativas de crescimento populacional no continente, sustentar uma média de 10 kg de peixe per capita é improvável. Na verdade, as taxas de previsão pesquisadas de consumo de peixe em África apontam que, em 2025, haverá provavelmente um défice de mais de um milhão de toneladas de peixe se o objetivo for o de manter o consumo desse alimento nos níveis de 2012.<sup>1</sup> Como resultado, os preços do peixe também aumentarão, significando que as populações mais carenciadas sofrerão mais.

pela estagnação e declínio da pesca em águas nacionais ou áreas de pesca tradicionais. Em consequência, as

empresas pesqueiras estrangeiras expandiram as suas operações para a África para manter o fornecimento. Isto é possível através de subsídios consideráveis. A indústria pesqueira mundial recebe aproximadamente 20 mil milhões de USD por ano em subsídios de aumento de capacidade. Uma parte significativa desse valor permite que os navios da Ásia e da Europa operem em países em desenvolvimento.<sup>2</sup> Em África, a UE paga até 50 por cento dos custos dos acordos de acessibilidade da UE em nome da sua frota de pesca. Em 2013, o governo chinês forneceu aproximadamente 6,5 mil milhões de USD em subsídios para o seu setor pesqueiro; 94 por cento desse valor em forma de gásóleo mais barato.<sup>3</sup> É improvável que a pesca estrangeira persistisse na sua intensidade atual em África se os subsídios fossem eliminados gradualmente.

**“é improvável que a pesca estrangeira persistisse na sua intensidade atual em África se os subsídios fossem eliminados gradualmente”**

Uma parte considerável desse setor industrial está envolvida na pesca de espécies migratórias de alto valor, tais como o atum, o espadim e tubarões. Essa frota possui dois componentes principais: navios que pescam com anzóis e iscas, que se estendem por vários quilómetros (palangreiros), e barcos maiores que pescam cardumes através de redes de arrasto (cercadores), com o peixe normalmente localizado por plataformas flutuantes deixadas no mar para encorajar muitas espécies marinhas, incluindo o atum, a reunirem-se sob elas. Os palangreiros são muito mais numerosos, com mais de 2.000 em funcionamento no Oceano Índico Ocidental, em comparação com menos de 200 dos cercadores mais caros, na mesma área. Os palangreiros, em particular, transferem frequentemente a sua pesca no mar e pescam sem descanso por vários meses, ou até mais, antes de regressarem ao porto.

Um número considerável de navios industriais especializam-se na pesca de espécies lucrativas de peixes demersais (habitantes do fundo do mar), como crustáceos, camarões e polvos. Peixes demersais são normalmente pescados através de redes de arrasto acima ou próximas do fundo do mar, frequentemente

próximas das áreas costeiras, repletas de pescadores de pequena escala.

Outra pesca industrial significativa em águas africanas concentra-se em vastos números de pelágicos pequenos migratórios, como a sardinha e a cavala, os quais se destinam à produção de farinha de peixe ou são vendidos congelados ou enlatados como alimento marinho relativamente barato. Esta é a indústria da pesca principal em toda a África Ocidental e do Sul, fornecendo peixe para o consumo local. Os arrastões de pelágicos pequenos representam um dos maiores navios pesqueiros do mundo, possuindo pelo menos 120 metros de comprimento e usando redes com mais de 600 metros de comprimento, e até 100 metros de diâmetro. Historicamente, uma proporção substancial de pelágicos pequenos pescados por empresas europeias e russas eram vendidos aos mercados africanos. Consequentemente, esta indústria pesqueira tem sido uma fonte importante de peixes locais para as pessoas consumirem, mas também é um concorrente direto da pesca africana de pequena escala e do setor de processamento de peixe. A tendência parece estar a mudar, uma vez que uma maior proporção da pesca industrial está a ser exportada diretamente para a China.

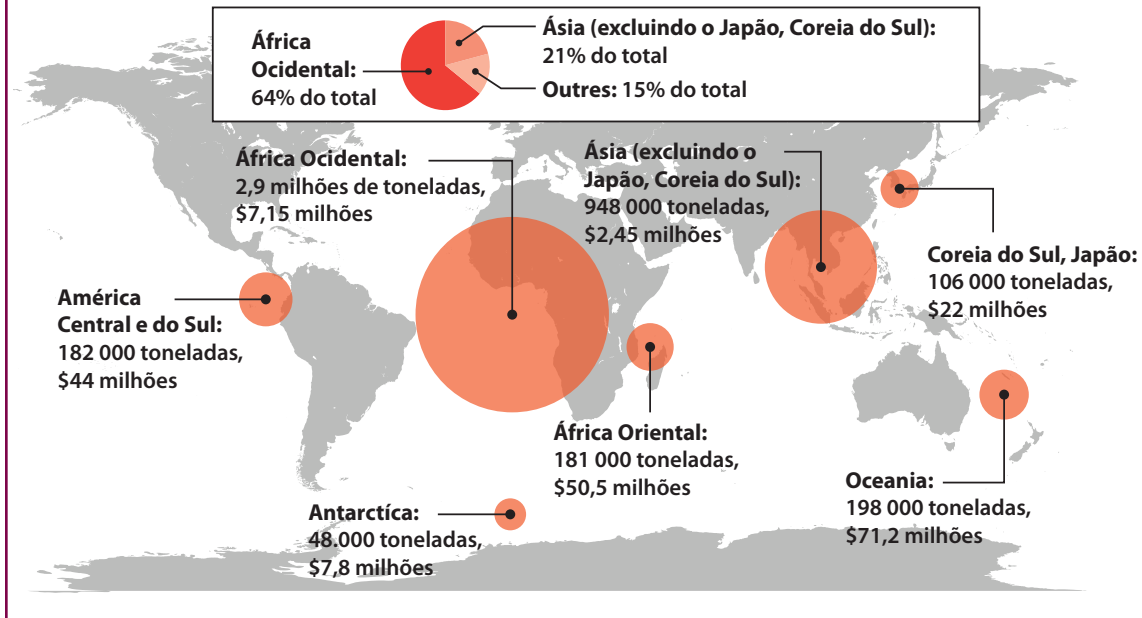
## CONSEQUÊNCIAS DA PESCA ILEGAL

Desde o final da década de 1990, tem havido uma conscientização crescente de que o setor da pesca industrial está altamente inclinado para formas de comércio desonesto. Isto tem sido observado em quase todos os lugares, e não somente em países em desenvolvimento. É o resultado de um setor comercial que é cada vez mais competitivo, sujeito a custos crescentes (particularmente os preços dos combustíveis), e ligado a um mercado exigente em virtude dos seus produtos (os preços pagos pelos peixes variam consideravelmente). Para muitas pescas, há também o peso acrescido das alterações climáticas, que podem levar a variações sazonais na abundância de peixe, algumas vezes de forma dramática. Além dessas mudanças, está a crença generalizada de que há um excesso de capacidade crónico na frota pesqueira industrial mundial, a qual se tem tornado cada vez mais eficiente em encontrar e pescar peixe.

O resultado é que as empresas pesqueiras enfrentam um ambiente imprevisível e são, portanto, altamente in-

## ONDE OS NAVIOS CHINESES PESCAM

### Estimativa da captura anual média por região, em toneladas métricas, 2000-2011



Fonte: The Pew Charitable Trusts

clinadas a correr riscos e a fugir (ou resistir) às regulamentações. Esta crise estrutural na pesca global é agravada em África pela capacidade limitada de muitos estados costeiros em gerir e monitorizar a pesca estrangeira. Madagáscar é um exemplo. O controlo da pesca ao longo do seu extenso litoral e nas suas águas territoriais (é a quarta maior ilha do mundo) é realizado por apenas 3 navios de monitorização, 8 lanchas, 18 inspetores e 22 observadores.<sup>4</sup>

A pesca ilegal em África abrange uma ampla gama de delitos, desde pesca sem licença, pesca em áreas protegidas, uso de equipamento de pesca proibido, pesca além dos limites, e pesca de espécies protegidas. Embora os navios licenciados normalmente tenham a obrigação de comunicar as pescas ao estado costeiro e ao seu estado de bandeira, muitos não o fazem. E aqueles que relatam dados enfrentam poucos obstáculos para serem desonestos. Há delitos adicionais relacionados com o comércio, como o descarregamento de pesca em portos não designados ou transferência de pesca no mar sem a autorização para tal.

O comportamento fraudulento de empresas pesqueiras multinacionais inclui a manipulação de preços de transferência e evasão fiscal. Esses problemas são facilitados pelo uso difundido de empresas de fachada subsidiárias registadas em paraísos fiscais, as quais tam-

bém omitem o verdadeiro beneficiário dos navios. Isto permite que as empresas pesqueiras operem navios que não estejam sob a jurisdição do seu estado de registo nem vinculados às suas empresas-mãe. Além desta lista de delitos, existem ainda as violações graves dos direitos dos trabalhadores a bordo dos navios, algo que está gradualmente a receber mais atenção internacional, mas permanece vagamente regulamentado.<sup>5</sup>

Houve várias tentativas de estimar a escala da pesca ilegal em África. Contudo, dado o âmbito dos delitos, o número de agentes envolvidos e as dificuldades de deteção, essas estimativas não são fiáveis. O estudo com melhores referências, realizado em 2005, sugeriu que cerca de um quarto de toda a pesca em África era ilegal.<sup>6</sup> Isto equivale a um valor de mercado de quase mil milhões de USD. Uma pesquisa de estudo de caso mais rigorosa é necessária para determinar esse valor com mais precisão. Escusado será dizer que não há dúvida de que os custos económicos, sociais e ambientais da pesca ilegal em África são substanciais e extremamente preocupantes.

Muita atenção de campanhas internacionais contra a pesca ilegal foi dada aos pescadores não licenciados, ou os denominados “pescadores piratas”. Este é um problema para muitos países da África Ocidental, onde

navios pesqueiros estrangeiros operam na região sem obter licenças de todos os países afetados. Também é algo que está associado à frota de palangreiros que entram e saem de uma zona econômica exclusiva (ZEE) do país, e podem operar facilmente sem se preocuparem com pagar as suas taxas de licença. A possibilidade de detecção é bastante baixa em muitas áreas.

O problema de pescar sem uma licença atingiu níveis dramáticos para países que passam por conflitos armados, onde as autoridades pesqueiras funcionam precariamente. Isto aconteceu na Libéria, por exemplo, quando dezenas de navios europeus e chineses pescavam conscientemente sem autorização durante um conflito civil de duas décadas, que começou no final da década de 1980. Também se supõe que centenas de navios europeus e asiáticos estivessem a fazer o mesmo na Somália, onde um sistema de licenciamento centralizado eficaz esteve ausente por muitos anos, mas onde a pesca, inclusive de atum, pode ser extremamente lucrativa. Na verdade, os navios pesqueiros a operar na Somália pagaram no passado valores substanciais a vários líderes militares para proteção contra a pirataria. Parece que esses fundos contribuíram para aumentar a ameaça da pirataria, assim como para o agravamento do conflito armado.

A prática de pesca sem licença também levou à conspiração com pescadores de pequena escala. Na Guiné-Bissau, sabe-se que navios pesqueiros asiáticos transportam dúzias de canoas e pescadores de países africanos, como o Senegal, para pescarem a seu favor e descarregar a sua pescaria no “navio principal”. Isto evita que navios estrangeiros maiores solicitem uma licença de pesca.

Contudo, a pesca sem licença pode não ser a preocupação principal para muitos países em desenvolvimento. A compra de uma licença para pescar está frequentemente disponível para navios comerciais, e em muitas pescarias eles têm poucas restrições para obterem uma. Na verdade, a pesquisa recente sobre a pesca industrial na região das ilhas do Pacífico, a qual possui semelhanças com a pesca em África, apontou que, apesar da preocupação pública com a pesca sem licença, respondeu somente com 1 por cento do total de delitos estimados; muito menos do que se pensava anteriormente.<sup>7</sup> A grande maioria dos navios pesqueiros foi autorizada a pescar.

Ao invés disto, as principais formas de ilegalidades envolveram navios licenciados que comunicaram números inferiores de pescas, e pescadores que usam métodos de pesca proibidos. Uma preocupação particular foi o uso de dispositivos de agregação de peixes por cercadores que almejam o atum, e a sua relutância em aderir ao período de descanso para dar a esse peixe e a outras espécies um tempo para se recuperarem. A pesquisa nas ilhas do Pacífico demonstrou que o problema era o crime empresarial do setor licenciado, e não as atividades de uma frota de “piratas”.

**“as principais formas de ilegalidades envolveram navios licenciados que comunicaram números inferiores de pescas, e pescadores que usam métodos de pesca proibidos”**

O mesmo pode acontecer em muitas partes de África. Um dos maiores casos de alto perfil de pesca ilegal em África foi investigado em meados da década de 2000 na África do Sul. Esse caso envolveu uma das empresas líderes sul-africanas envolvidas na pesca e exportação de lagosta. Numa época em que o governo estava a tentar reduzir a pesca total permissível de lagosta, a Hout Bay Fishing investiu numa nova frota de barcos maiores, capazes de pescar muito mais do que posteriormente lhes foi disponibilizado. Descobriu-se depois que a empresa estava a pescar furtivamente um número substancial de lagostas e a escondê-las em contentores enviados para Estados Unidos, subornando muitos inspetores sul-africanos no processo. Estimou-se que a pesca ilegal adicionou 30 por cento à pesca oficial de toda a indústria pesqueira de lagosta. O caso resultou numa das maiores multas (22,5 milhões de USD) por comércio ilegal de vida selvagem pelas autoridades dos EUA, com instauração de processo segundo a Lei Ambiental Lacey.

Mais recentemente, a Greenpeace revelou novas informações sobre a pesca ilegal por parte de navios chineses em operação na África Ocidental, a maioria dos quais são arrastões demersais.<sup>8</sup> Aqui novamente o principal problema não foi a pesca sem licença (embora tal estivesse documentado), mas, ao invés disso, a fraude substancial de subdeclaração dos tamanhos dos navios. Em algumas pescas africanas, um grau de controlo de gestão é atingido através da restrição do tamanho de navios

autorizados, assim como a proibição de navios maiores de operarem em áreas usadas por pescadores artesanais. Empresas chinesas subdeclararam o tamanho dos seus navios em 60 por cento e, deste modo, obtiveram licenças mais baratas. Isto também permitiu que aumentassem dramaticamente a sua pesca além dos níveis previstos, assim como pescar em áreas reservadas para navios menores.

A subdeclaração do tamanho do navio provavelmente tem o impacto mais significativo nas comunidades costeiras. Há relatórios bastante difundidos, particularmente na África Ocidental, de navios pesqueiros industriais que se aventuram em áreas costeiras reservadas a pescadores artesanais locais. Isto não só arruína a disponibilidade de peixe, mas também pode causar prejuízos a navios locais e equipamento de pesca.

## PROBLEMAS ALÉM DA PESCA ILEGAL

Muitas formas de crime no setor da pesca africano baseiam-se apenas nas tendências negativas evidentes nas pescas legais: partilha desigual dos benefícios, sobrepesca, e o desvio do peixe do processamento e dos mercados de alimentos locais.

Em pescarias altamente regulamentadas, onde o número de navios é controlado e um limite de pesca permissível está em vigor, a pesca ilegal por navios licenciados ou não representa uma ameaça séria à pesca sustentável e à rentabilidade dos pescadores legítimos. Os países africanos ainda impõem poucas restrições, se é que há alguma, sobre o número de navios estrangeiros com acesso permitido às suas águas, e o que podem pescar. A maioria dos navios paga uma taxa fixa livremente, relacionada ao valor do que pescaram.

Em muitos países africanos, permitiu-se que as pescas industriais operem em ambientes fracamente regulamentados. Uma revisão do estado de gestão da pesca na África Central e Ocidental em 2016 apontou que menos de um quarto dos países possuía planos abrangentes de gestão de pescas: a ferramenta básica para o controlo e monitorização do desempenho da pesca.<sup>9</sup> Frequentemente não existe uma pesquisa científica mais detalhada para a maioria das pescas, exceto para as de alto valor. Áreas consideráveis do setor da pesca estão, portanto, sem regulamentação, deixando a indústria pesqueira altamente vulnerável à exploração insustentável.

## A INSUSTENTABILIDADE DA PESCA INDUSTRIAL SEM REGULAMENTAÇÃO

Na Guiné-Bissau, a pesca industrial realizada por empresas europeias, coreanas e japonesas começou no final da década de 1950, seguida mais tarde pelas empresas russas e chinesas. Iniciando-se praticamente sem pesca industrial em 1950, a pesca atingiu uma estimativa de 390.000 toneladas em 1989, quando o governo concedeu licenças para 250 navios estrangeiros de grande escala.<sup>10</sup> No seu auge, a atividade pesqueira forneceu aproximadamente metade da receita oficial do governo, embora ainda representasse uma pequena fração do valor do peixe que era exportado. Contudo, perante a ausência de esforços de controlo, houve um declínio acentuado e aparentemente permanente da biomassa de recursos pesqueiros.

Em 2010, o número de navios que escolheram operar na Guiné-Bissau tinha caído para menos de 100, e estimou-se um declínio da pesca para 73.000 toneladas. Há décadas que se sabe que a pesca adicional tem sido realizada na Guiné-Bissau por outros navios estrangeiros licenciados em países vizinhos. Algumas estimativas indicam que esse valor é de cerca de 40 navios. Em tais casos de regulamentação deficiente, torna-se extremamente difícil distinguir entre pescadores legais e ilegais, ou manter um setor da pesca sustentável.

As pescas melhor regulamentadas são aquelas que estão sob o controlo das Organizações Regionais de Gestão de Pescas (ORGP). Essas organizações intergovernamentais foram estabelecidas para fornecer pesquisa e controlo de recursos de peixes migratórios e partilhados de alto valor. Há cinco ORGP cujo foco são as águas africanas. As mais desenvolvidas e que possuem mais recursos são a Comissão do Atum do Oceano Índico e a Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico. Essas duas ORGP abrangem as pescas de atum altamente valioso em ambos os lados do continente. O seu trabalho em prol da pesca sustentável está a ser aprimorado, mas as organizações ambientais ainda se queixam de que as recomendações feitas pelos secretários das duas organizações são frequentemente atenuadas ou rejeitadas por estados-membros com os maiores interesses pesqueiros.<sup>11</sup> Por exemplo, os esforços de ambas as ORGP para reduzir a pesca de tubarão

por palangreiros licenciados para pescar atum têm sido tímidos e sofrem resistência. Isso tem contribuído para um declínio considerável no número de tubarões em águas africanas, como no caso de muitas outras partes do mundo.<sup>12</sup>

A regulamentação inadequada da pesca industrial em muitos países africanos é parcialmente causada pelas dificuldades de capacidade. Como é evidente em algumas das pescas melhor geridas do mundo, a gestão de pescas eficiente exige um conhecimento técnico e recursos consideráveis, que simplesmente não existem em muitos países africanos. Contudo, o desafio de atingir a pesca sustentável e equitativa não é unicamente de ordem técnica. O setor da pescaem África continua a ser vulnerável à governação inadequada. Por vezes, isso inclui formas de suborno e corrupção, problemas que têm sido deixados amplamente de lado na agenda de reformas das pescas.

**“o desafio de atingir a pesca sustentável e equitativa não é simplesmente de ordem técnica. O setor da pescaem África continua a ser vulnerável à governação inadequada”**

Esses problemas implicam as autoridades africanas e os parceiros de pesca estrangeiros. Essas deficiências são mais vivamente reveladas nos níveis sombriamente baixos de transparência nos acordos de acesso das pescas. Poucos países africanos publicam uma lista de navios pesqueiros licenciados. Além disso, os acordos de acesso de pescas da UE entre estados costeiros africanos, países estrangeiros e empresas pesqueiras permanecem confidenciais, por motivos que não são bem claros.

Vários exemplos demonstram que os termos e condições desses acordos de acesso obscuros frequentemente permitem uma pesca insustentável e destrutiva e, às vezes, permitem que os navios estrangeiros façam concorrência injusta com as pescas costeiras locais. Por exemplo, em 2012, a Mauritânia decidiu fornecer a uma empresa chinesa um acordo de acesso de pescas de 25 anos, que permitiu que pelo menos 80 navios pesqueiros acessem a recursos que já tinham excesso de pesca, incluindo aqueles almejados por pescadores locais de pequena escala. O acordo foi negociado e assinado sem consulta pública, incluindo aquela dos pescadores locais.

Eles ficaram a saber do acordo apenas depois de o texto do protocolo ter sido objeto de uma fuga de informação por um membro do parlamento. O acordo exigia que a empresa chinesa investisse na infraestrutura de pesca local para o benefício das pescas de pequena escala.<sup>13</sup> Contudo, esse investimento nunca se materializou.

De igual modo, durante 2011, o então ministro senegalês da pesca concedeu licenças através de um acordo bilateral não publicado para permitir que arrastões industriais, a maioria da Rússia, fizessem a pesca de animais pelágicos pequenos. Durante vários anos, esse acesso tinha sido negado com base na argumentação correta de que a pesca de pequena escala no Senegal já estava na sua capacidade total. A decisão foi amplamente condenada entre acusações de que os rendimentos públicos da negociação não estavam bem contabilizados.<sup>14</sup>

Em tais casos há frequentemente preocupações de que os acordos de acesso de pescas são influenciados por suborno, ou que a ajuda e os acordos de investimento mais amplos (incluindo noutros setores de importância geopolítica, como mineração e armamento) são usados para influenciar as negociações com as pescas. Essas falhas na gestão das pescas tornam-se ainda mais complexas e difíceis de combater em virtude da prevalência dos conflitos de interesses. Não é incomum descobrir que indivíduos com boas ligações políticas (incluindo aqueles com cargos nas autoridades pesqueiras) tenham interesses financeiros diretos nos empreendimentos de pesca comercial, algumas vezes por serem parceiros locais em empresas de empreendimento conjunto, concessionários de licenças que emitem o alvará para os navios estrangeiros para pesca a seu favor, ou atuando como agentes locais para as empresas de pesca estrangeiras.

Em Moçambique, por exemplo, o antigo presidente Armando Guebuza e outros oficiais militares seniores tiveram um papel importante como proprietários de empresas de pesca de camarão de empreendimento conjunto, desde a independência. De acordo com alguns relatos, este foi um motivo importante de se permitir que as cotas para o camarão fossem estabelecidas em patamares muito elevados, e motivou que a distribuição de direitos de pesca se tenha concentrado entre poucas empresas grandes, ao invés de serem distribuídos mais justamente por um grupo maior de pessoas.<sup>15</sup>

A reputação de Moçambique em relação à ges-



tão responsável das pescas ficou ainda mais manchada pelo lançamento em 2014 de uma empresa pesqueira de atum detida por três agências governamentais. A empresa EMATUM foi financiada através de uma euro-obrigação garantida pelo governo, de 850 milhões de USD, proporcionada pela Credit Suisse e pelo banco russo VTB. Não houve publicidade da negociação até à respetiva conclusão, embora tenha aumentado consideravelmente a dívida de Moçambique e tenha contribuído eventualmente para uma descida da classificação de crédito do país e do valor da moeda quando o governo entrou em incumprimento da obrigação. O dinheiro foi oficialmente usado para comprar 26 palangreiros e 4 navios de patrulha da França, embora uma parte considerável do empréstimo se tenha destinado à compra de equipamento militar. O modelo de negócios justificando o investimento foi um pretexto, e os navios pescaram uma fração do que era necessário para o pagamento da dívida.<sup>16</sup>

## O CAMINHO PARA O FUTURO

### *Confrontando a pesca insustentável e ilegal*

Como esta revisão demonstra, há uma necessidade clara de reforçar o empenho de aplicação da lei a nível nacional e internacional para as pescas. Isto também exigirá a expansão da aplicabilidade de penalidades civis e criminais para incluir não apenas os proprietários dos navios, mas também as estruturas corporativas e proprietários usufrutuários por trás deles. Tais casos podem ser reforçados ao considerar as várias dimensões dos crimes de pescas além da pesca ilegal, como o branqueamento de capitais e o suborno. Além disso, uma pressão considerável precisa de ser colocada em todos os países de pesca estrangeiros para contribuírem de forma eficaz.

**Reforço da vigilância de África e capacidade de instauração de processos judiciais.** Um passo essencial em qualquer esforço para confrontar e reduzir a pesca ilegal em águas africanas é a atualização considerável da monitorização de navios pesqueiros no mar e nos portos. É necessário contar com informações melhores para mobilizar a vontade política, assim como orientar a atribuição de recursos de fiscalização limitados. Os avanços tecnológicos, como a monitorização por satélite ou o uso de dispositivos teleguiados (“drones”), podem

ajudar a melhorar a eficiência aodetetar algumas formas de crime e diminuir os custos de vigilância. Mas é improvável que substituam a necessidade de atividades de aplicação da lei mais tradicionais e caras, incluindo o pagamento de fiscais, barcos de patrulha e a realização de investigações financeiras complexas. Considerando os custos em adquirir e manter navios de vigilância, muitos países africanos podem precisar de segurança externa e assistência de desenvolvimento. Contudo, esses recursos devem ser acompanhados por uma supervisão e plano de gestão rigorosos, se o que se pretende é um impacto sustentável (veja abaixo: “Apoio à Iniciativa de Transparência das Pescas”). Provavelmente, muitos desses custos deveriam ser suportados por países de pesca estrangeiros e pelas suas empresas, refletidos em taxas de acesso mais elevadas.

**“um passo essencial em qualquer esforço para confrontar e reduzir a pesca ilegal em águas africanas é a atualização considerável da monitorização de navios pesqueiros no mar e nos portos. É necessário contar com informações melhores para mobilizar a vontade política, assim como orientar a atribuição de recursos de fiscalização limitados”**

De igual modo, o êxito dos governos africanos para processar empresas estrangeiras pela pesca ilegal nas suas águas é limitado. Há vários casos documentados em que os navios detidos por pesca ilegal conseguiram evadir a instauração de processo posterior através de acordos fora do tribunal, suborno e pressão diplomática proveniente dos seus governos de origem. Contudo, houve alguns casos positivos. A Libéria, por exemplo, reforçou a proibição de pesca de arrasto industrial em 2011. A proibição estendeu-se a uma zona no mar que apenas pescadores locais de pequena escala poderiam explorar. Os relatos sugerem que isto proporcionou um impacto positivo no fornecimento local de alimentos à base de peixe. Ainda assim, vários navios industriais ignoraram a proibição. E também foi impressionante ver que o governo liberiano os perseguiu com certo vigor e arrecadou mais de 2 milhões de USD em multas como resultado.

A experiência da Libéria ilustra também os aspectos frustrantes. Os navios da UE que pescavam atum fizeram parte da frota que ignorou a proibição. Em sua defesa, afirmaram que tinham recebido licenças forjadas de um membro do governo liberiano. Com a pressão da UE como condição para o primeiro acordo de acesso das pescas da UE da Libéria, as suas multas foram reclassificadas pelo governo liberiano como pagamentos por licenças, e sua pesca foi considerada aceitável pela UE para exportação para o país de origem.

**Aumento da fiscalização por parte dos países pesqueiros.** Considerando o papel central representado pelas empresas de pesca internacionais na pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) em África, a abordagem a esse problema exigirá cooperação a nível internacional. Ao longo da década passada, várias iniciativas foram lançadas para auxiliar os governos a detetarem os transgressores da pesca ilegal e a aumentarem a severidade das sanções. Há agora um papel crescente realizado na investigação de casos de pesca ilegal em África por organizações como a Interpol, o Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, assim como várias organizações não-governamentais internacionais. Enquanto isso, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura dedicou uma parte importante do seu tempo para estabelecer um plano internacional de ação contra a pesca INN, o qual levou à assinatura de acordos internacionais para a monitorização, melhoria e aplicação da lei. Algumas ORGP também desenvolveram listas de transgressores conhecidos, e espera-se que os estados-membros dessas organizações neguem essas licenças para os navios.

A UE, que é o maior parceiro comercial de África, também lançou um sistema, sob a regulamentação nº 1005/2008 (Regulamentação INN), para os países exportadores e importadores para verificar a legalidade das pescas que dão entrada na UE. Essa regulamentação impõe advertências e eventualmente proibições temporárias de comércio para os países que não conseguirem demonstrar que a pesca ilegal nas suas águas nacionais está a ser combatida. Para ser eficaz, no entanto, a Regulamentação INN deve ser aplicada consistentemente, incluindo contra os países exportadores principais, como a China.

As listas de transgressores conhecidos compiladas pelas ORGP tendem a ser muito menores do que seria

de esperar, tendo em conta os relatórios de infrações. Um ponto fraco é que o processo de inclusão dos navios nessas listas exige o apoio dos governos (incluindo o estado de origem ou de registo do navio pesqueiro em questão). Além disso, se um navio considerado culpado de pesca ilegal pagou uma multa, este fica isento. A Comissão do Atum do Oceano Índico, apesar de ter mais de 6.000 navios registados, colocou somente 54 na lista negra.

Um problema importante na resposta deficiente à pesca ilegal é o papel frágil dos países pesqueiros em investigar ativamente e auditar as suas empresas pesqueiras em África, embora como estados de registo não tenham essa responsabilidade, de acordo com as leis de pescas internacionais. Na verdade, enquanto os navios e a tripulação são por vezes detidos, os proprietários usufrutuários das empresas pesqueiras são raramente colocados em risco nos tribunais criminais, quer seja em países africanos ou nos países de origem.

**“muitos comportamentos nocivos e antiéticos no setor permanecem ostensivamente legais e, portanto, fora do alcance da aplicação da lei tradicional”**

Um exemplo, na Espanha, envolveu uma investigação detalhada sobre as atividades pesqueiras de várias empresas privadas multinacionais, em 2016. Através do seu trabalho investigativo, o ministério espanhol da agricultura, pesca, alimentação e ambiente impôs com sucesso sanções administrativas e multas a um grupo de cidadãos espanhóis por pesca ilegal na região antártica, incluindo uma multa de mais de € 17 milhões (mais de 19 milhões de USD). Contudo, os esforços para que os proprietários de empresas sejam processados foram rejeitados pelo Supremo Tribunal da Espanha, com base em que os crimes alegados foram cometidos em alto mar, onde as atividades não são reconhecidas como crime pela Espanha. Contudo, os esforços do governo espanhol são encorajadores e representam um forte contraste com os esforços de outros países pesqueiros, como a China, Rússia, Japão e outros estados-membros da UE. Significativamente, a Interpol está a representar um papel cada vez mais importante na facilitação de investigações criminais transnacionais de empresas pesqueiras.

## **Medidas além da aplicação da lei**

Embora a aplicação reforçada da lei seja vital para reverter as tendências da pesca INN em África, se as estimativas de criminalidade e corrupção difundidas são dignas de crédito, então a prisão ou banimento de transgressores individuais pode revelar-se insuficiente. Na verdade, o foco em transgressores individuais arrisca obscurecer a natureza do problema, incluindo que muitos comportamentos nocivos e antiéticos no setor permanecem ostensivamente legais e, portanto, fora do alcance da aplicação da lei tradicional. A resposta à pesca antiética e insustentável, portanto, precisa ir além da aplicação da lei.

**Interrupção dos subsídios à pesca.** A dura realidade é que o crime e as atividades antiéticas emergiram como o resultado da crise estrutural nas pescas industriais. Suas raízes estão parcialmente no uso negligente de subsídios pelos países pesqueiros. De maneira frustrante, os esforços globais para interromper os subsídios para aumento de capacidade nas pescas, incluindo através da Organização Mundial do Comércio (OMC), foram exaustivos e ineficientes, e pensa-se que foram bloqueados por vários países pesqueiros, incluindo o Japão, Taiwan e Coreia do Sul, assim como a UE. A revitalização das discussões da OMC em relação à reforma dos subsídios de pescas está em negociação. Contudo, não é claro se algum acordo novo seria mais forte do que aquele que existe atualmente. A exploração de medidas alternativas para disciplinar os subsidiários de pescas, incluindo bilateralmente entre os parceiros de comércio pesqueiro, tem sido defendida como uma alternativa, considerando a frustração crescente com a falta de progresso a nível multilateral.

Além dos subsídios, o setor da pesca recebe investimentos privados especulativos que apoiam a intensificação da pesca em regiões do mundo que já estão muito exploradas. O caso dos bancos Credit Suisse e VTB proporcionando 850 milhões de USD para a EMATUM talvez seja o exemplo mais gritante.<sup>17</sup> Contudo, há outros casos. Em 2011, o Carlyle Group, com sede nos EUA, investiu 190 milhões de USD na China Fishery, uma subsidiária da maior empresa pesqueira mundial, a Pacific Andes, para ajudar a expandir as suas operações pesqueiras de pelágicos pequenos, incluindo em regiões da África Ocidental e do Sul.

**Expandir e aumentar a responsabilidade dos acordos de acesso das pescas.** O formato dos acordos de acesso das pescas é onde os países africanos devem ter a melhor oportunidade para criar um ambiente que seja favorável a uma pesca mais sustentável e legal. E também com muita frequência, os acordos de acesso às pescas são orientados pela ampliação imediata das taxas de licenças ou locação de recursos, os quais, combinados com a falta de transparência, estimulam um ambiente condutivo a comportamentos irresponsáveis de governos e empresas.

**“com muita frequência, os acordos de acesso das pescas são orientados pela ampliação imediata das taxas de licenças ou atribuição de recursos, os quais, combinados com a falta de transparência, estimulam um ambiente condutivo a comportamentos irresponsáveis de governos e empresas”**

Em 2014, os ministros da pesca africanos produziram, através de patrocínios da União Africana, uma Estrutura Política e Estratégia de Reformas para Pescas e Aquicultura em África abrangente, a qual incluiu um forte compromisso para melhorar o acesso público às informações e responsabilidades. Infelizmente, ele não possui maiores detalhes sobre a implementação e prazos. Nos últimos anos, várias iniciativas conduzidas pelas Nações Unidas elaboraram uma abordagem de direitos humanos nas pescas. Essa abordagem enfatiza o reforço político e dos direitos civis para lidar com a corrupção e a governação frágil, assim como a reiteração da importância da participação de pescadores de pequena escala nas decisões de gestão das pescas.

O Banco Mundial, o maior investidor do setor da pescade África, está também a aumentar o planeamento do seu empréstimo aos países costeiros africanos para incluir um componente de governação participativa, incluindo a melhoria da transparência, o planeamento da gestão das pescas, e a participação melhorada nos processos de tomada de decisões para os pescadores de pequena escala. Vários projetos regionais grandes que pretendiam melhorar a governação das pescas à sua maneira estão agora a ser financiados e geridos pelo Banco

Mundial, como o Programa Regional de Pescas de África Ocidental e o Projeto de Governação das Pescas do Sudoeste do Oceano Índico e Crescimento Partilhado.

Todos esses desenvolvimentos são positivos, uma vez que o seu objetivo são os conflitos de interesses de indivíduos bem relacionados politicamente, que frequentemente arruinam a supervisão e controlo regulatório das pescas africanas. Para serem eficientes, essas iniciativas devem estar aliadas com as pressões domésticas para a transparência aumentada dos ministros de pesca de África e também para melhorar a tomada de decisões na gestão das pescas. As ações específicas exigiriam que todos os acordos de acesso das pescas fossem públicos e a institucionalização dos conselhos de supervisão da sociedade civil dos ministros da pesca como uma maneira de aumentar a transparência, assim como garantir que os interesses dos pescadores de pequena escala e os cidadãos estejam representados.

**Apoio à iniciativa de transparência das pescas.** O Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Africano, entre muitos outros, estão também a desenvolver a Iniciativa de Transparência das Pescas (FiTI). Embora seja uma iniciativa global, vários países africanos estão entre os primeiros a apresentar um compromisso com a implementação da FiTI, incluindo a Mauritânia e as Seicheles. A FiTI tenta reunir governos, representantes da indústria pesqueira e a sociedade civil para publicar e verificar dados abrangentes no setor da pesca. Isto inclui os termos dos acordos de acesso, detalhes de pagamentos realizados por navios e investidores estrangeiros, informações sobre novos investimentos e subsídios, assim como níveis inéditos de dados sobre pesca. Espera-se que a FiTI possa fornecer dados dignos de crédito que serão utilizados em discussões nacionais aprimoradas sobre gestão de pescas e acordos de acesso. O acesso dos média e da sociedade civil a essas informações será essencial para facilitar um envolvimento público mais amplo sobre esses problemas e dirigir as regulamentações de pescas africanas para longe de interesses especiais que dominam há muito tempo.

A busca de uma governação melhorada de acordos de acesso exige novamente o compromisso dos países pesqueiros estrangeiros. Em África, a UE tem feito os maiores esforços. Os seus acordos de acesso com os países africanos permanecem como os únicos que são públicos. A UE também está gradualmente a permitir uma

maior participação no processo de negociação, incluindo com representantes de pescas locais de pequena escala. A UE está a concluir uma nova regulamentação que complementa o seu trabalho contra a pesca INN, a qual exigirá que todas as empresas europeias obtenham autorização da UE para pescar em águas de outros países. A intenção é a de negar autorização para navios que se tenham envolvido na pesca ilegal, além de navios que almejam recursos que já tenham excesso de pesca. Infelizmente, a regulamentação não se amplia àqueles navios da UE que tenham transferido o registo para países fora da UE. No entanto, vale a pena copiar o modelo da UE para outras regiões.

Em resumo, a solução para a pesca estrangeira antiética e insustentável em África deve ser baseada em reformas a vários níveis. O fortalecimento da capacidade de aplicação da lei deve ser combinado com reformas políticas permanentes para ter uma eficácia duradoura. O sucesso de um sem o outro é improvável.

## NOTAS

<sup>1</sup> Pierre Failler, “Climate Variability and Food Security in Africa: The Case of Small Pelagic Fish in West Africa,” *Journal of Fisheries & Livestock Production* 2, no. 2 (2014), 122.

<sup>2</sup> U. Rashid Sumaila, et al., “Global fisheries subsidies: An updated estimate,” *Marine Policy* 69 (2016), 189–193.

<sup>3</sup> Tabitha Grace Mallory, “Fisheries subsidies in China: Quantitative and qualitative assessment of policy coherence and effectiveness,” *Marine Policy* 68 (2016), 74–82.

<sup>4</sup> Frédéric Le Manach, et al., “Reconstruction of total marine fisheries catches for Madagascar (1950–2008),” em “Fisheries catch reconstructions: Islands, Part II,” eds. Sarah Harper e Dirk Zeller, *Fisheries Centre Research Reports* 19, no. 4 (Vancouver: UBC Fisheries Centre, 2011), 21–37.

<sup>5</sup> Ian Urbina, “‘Sea Slaves’: The Human Misery that Feeds Pets and Livestock,” *The New York Times*, 27 de julho de 2015.

<sup>6</sup> “Review of Impacts of Illegal, Unreported and Unregulated Fishing on Developing Countries,” Marine Resources Assessment Group, Julho de 2005.

<sup>7</sup> “Towards the Quantification of Illegal, Unreported and Unregulated (IUU) Fishing in the Pacific Islands Region,” MRAG Asia Pacific, Fevereiro de 2016.

<sup>8</sup> “Africa’s Fisheries’ Paradise at a Crossroads: Investigating Chinese Companies’ Illegal Fishing Practices in West Africa,” Greenpeace Ásia e Greenpeace África, Maio de 2015.

<sup>9</sup> “Fisheries Management in the CECAF region: Status of the elaboration and implementation of fisheries management plans and uptake of CECAF management recommendations by members,” documento CECAF/XXI/2016/4 apresentado na vigésima primeira sessão

do comitê de pescas do Atlântico central oriental (CECAF), Dakar, Senegal, 20 a 22 de abril de 2016.

<sup>10</sup> Dyhia Belhabib e Daniel Pauly, "Fisheries in troubled waters: A catch reconstruction for Guinea-Bissau, 1950–2010," em "Fisheries catch reconstructions: West Africa, Part II," eds. Dyhia Belhabib and Daniel Pauly, *Fisheries Centre Research Reports* 23, no. 3 (Vancouver: UBC Fisheries Centre, 2015), 1-16.

<sup>11</sup> Sarika Cullis-Suzuki e Daniel Pauly, "Failing the high seas: A global evaluation of regional fisheries management organizations," *Marine Policy* 34 (2010), 1036–1042.

<sup>12</sup> "Out of line: The failure of the global tuna longline fisheries," Greenpeace, Novembro de 2013.

<sup>13</sup> Dr. Ahmed Mahmoud Cherif, "La Convention Poly-Hondone Fishery—Mauritanie: Analyse des Impacts Economiques, Sociaux, Environnementaux," Pêchecops (Julho de 2011).

<sup>14</sup> "The plunder of a nation's birthright: The fishing license scandal: a drama in five acts," Greenpeace Africa, Março de 2012.

<sup>15</sup> Lars Buur, Obede Baloi, and Carlota Mondlane Tembe, "Mozambique Synthesis Analysis: Between Pockets of Efficiency and Elite Capture," *DIIS Working Paper* No. 01 (Copenhagen: Danish Institute for International Studies, 2012).

<sup>16</sup> "A tuna scandal strikes: A flagship investment in Mozambique is starting to stink," *The Economist*, 7 de agosto de 2015.

<sup>17</sup> Frances Coppola, "Mozambique Is About To Default On Its 'Tuna Bond,'" *Forbes*, 17 de janeiro de 2017.

## CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Diretora:  
Kate Almquist Knopf  
National Defense University  
300 Fifth Avenue, Building 20  
Fort McNair  
Washington, D.C. 20319-5066  
Téléfone: + 1 202 685-7300  
Site da Internet : [www.africacenter.org](http://www.africacenter.org)

## RESUMOS DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

Diretor de Pesquisa:  
Joseph Siegle, Ph.D.  
Téléfone: + 1 202 685-6808  
o-email: [Sieglej@ndu.edu](mailto:Sieglej@ndu.edu)

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia o desenvolvimento de políticas estratégicas dos EUA que visam a África, oferecendo programas académicos de alta qualidade e relevantes, fomentando a consciencialização e o diálogo sobre as prioridades estratégicas dos EUA e assuntos relacionados com segurança em África, criando redes de líderes militares e civis africanos, americanos, europeus e internacionais, assistindo as autoridades dos EUA na formulação de políticas eficazes para África e articulando as perspectivas africanas a autoridades dos EUA.



O Resumo de Segurança de África apresenta pesquisa e análise de especialistas do CEEA e eruditos, com o objectivo de avançar a compreensão das questões de segurança Africanas. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Departamento de Defesa dos Estados Unidos ou qualquer outro órgão do Governo Federal. Para mais informações sobre o CEEA, visite o Web site <http://www.africacenter.org>.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

<http://www.africacenter.org>

ISSN 2164-4039